

OS VERDES NO PARLAMENTO

XII Legislatura → **Actividade Parlamentar**

Das várias iniciativas Parlamentares destacam-se as seguintes:

I - Projectos de Lei

- 321/XII/2 - Altera a Lei n.º 7/2009, (...) assistência a filhos menores com deficiência.
- 322/XII/2 - (...) Revoga a reorganização administrativa territorial autárquica.

II - Projectos de Resolução

- 506/XII/2 - Despesas de transporte e alojamento e de ajudas de custo aos Deputados.*
- 523/XII/2 - Cessação (...) do processo de privatização da ANA - Aeroportos de Portugal, S.A.
- 527/XII/2 - (...) pagamento das compensações por caducidade dos contratos de professores.
- 534/XII/2 - (...) estabilização e recuperação da área ardida de Tavira e São Brás de Alportel.*

- 537/XII/2 - (...) beneficiários da prestação de rendimento social de inserção.
- 544/XII/2 - (...) relativo a Cinemateca Portuguesa, Companhia Nacional de Bailado, Teatro Nacional de São Carlos e Teatro Nacional de São João (...).
- 556/XII/2 - (...) estrutura, organização, funcionamento e competências da Autoridade Marítima Nacional
- 557/XII/2 - transporte de velocípedes sem motor em transportes públicos.

III - Votos

- 87/XII/2 - de pesar pelo falecimento de Joaquim Benite.*
- 93/XII/2 - de congratulação pelo reconhecimento da Palestina como Estado Observador não-membro da ONU
- 97/XII/2 - de pesar pelo falecimento do Capitão de Abril Marques Júnior.*
- 98/XII/2 - de pesar pelo falecimento

de Paulo Rocha.*

IV - Declarações políticas

- 29 de Novembro - sobre a intenção do Governo em acabar com a Reserva Ecológica Nacional.
- 5 de Dezembro - Sobre a 18.ª Conferência das Nações Unidas para as Alterações Climáticas.

V - Requerimentos/Perguntas

- Neste período Os Verdes fizeram 27 perguntas escritas ao Governo sobre diversos assuntos, dos quais se destacam: Mata Rainha D. Leonor, poluição do Rio Maior por suiniculturas, poluição industrial em Guimarães.

(*) Em conjunto com outros grupos parlamentares.

Celebrar 30 Anos de Lutas Ecologistas num momento em que a luta por um país melhor é vital, eleva o papel que Os Verdes têm na defesa da democracia e alerta-nos para a premente necessidade de fortalecer este coletivo.



Em 30 Anos as lutas empreendidas, as batalhas ganhas e as batalhas perdidas fizeram-nos crescer e Os Verdes são hoje indiscutivelmente um influente partido político português com um assinalável património de lutas e com uma ação com forte ligação às populações e aos seus problemas.

Uma ação ecologista que se reforça com a participação e com a militância e que nestes tempos de forte investida do capitalismo e de destruidora austeridade, mais do

que nunca, justifica a sua atuação. Os Verdes aí estão a dar corpo à luta, a participar nas manifestações unitárias, pedindo a avaliação da constitucionalidade do Orçamento ao Tribunal, promovendo e mobilizando ações de pressão junto do Governo e apelando para travar a austeridade, congregando oposição, criar um outro rumo, mais virado para o desenvolvimento da produção interna, da criação de emprego e para encontrar outras formas de pagar a dívida soberana, de alargar os prazos de pagamento e rever os montantes e os juros.



NOTÍCIAS VERDES

Os Verdes disseram, fizeram e participaram

OS VERDES FIZERAM

3 de Novembro. Distrito de Vila Real.
Os Verdes fizeram o balanço da atividade no distrito, em conferência de imprensa.

5 de Novembro. Distrito do Porto.
Os Verdes visitaram o Mercado do Bolhão, no Porto, e reuniram com a Associação de Comerciantes.

12, 13 e 14 de Novembro.
Os Verdes realizaram diversas ações, por todo o país, de apoio à participação na manifestação de 12 de Novembro e na greve geral de dia 14 de Novembro, promovidas pela CGTP.

10 de Dezembro. Distrito de Braga.
Os Verdes realizaram, em Braga, uma ação de alerta para a falta de condições no Hospital de Braga.

11 de Dezembro. Distrito de Lisboa.
Os Verdes apresentaram na Assembleia Municipal de Lisboa uma moção de "Solidariedade com a luta dos trabalhadores" rejeitada com os votos contra do PSD, CDS e PPM e a abstenção do PS e MPT, uma moção sobre a "Conferência de Doha e o combate futuro às Alterações Climáticas", aprovada com a abstenção do PPM, uma recomendação "Pela salvaguarda dos direitos dos trabalhadores da EPUL", aprovada por unanimidade, uma recomendação sobre a "Acompanhamento do Ruído nos Estabelecimentos de Animação Noturna da Cidade de Lisboa", aprovada com a abstenção do BE, PSD e 2 Deputados Independentes, uma saudação "Pelo reconhecimento da Palestina como Estado Observador não-membro das Nações Unidas", aprovada com a abstenção do PS, PSD, MPT e PPM e um voto de pesar pelo falecimento de "Ulpiano Nascimento, 1915-2012", aprovada por unanimidade.

15 de Dezembro. Distrito de Setúbal.
Reuniu, em Setúbal, o Conselho Nacional do Partido Ecologista "Os Verdes" onde debateu a situação política nacional e internacional com destaque para o Orçamento de Estado para 2013, a reforma administrativa das autarquias e a Conferência da ONU para as alterações climáticas.

15 de Dezembro. Distrito de Setúbal.
Os Verdes assinalaram o seu 30.º aniversário na Sociedade Musical e Recreativa União Setubalense.

19 de Dezembro. Distrito de Lisboa.
Os Verdes visitaram a zona do Castelo de S. Jorge e da Graça, em Lisboa, para avaliarem os diversos problemas relacionados com a higiene urbana, o estacionamento e o espaço público degradado.

OS VERDES PARTICIPARAM

29 de Outubro. Distrito de Lisboa.
O PEV esteve presente na Conferência Lisboa / Europa 2020 sobre a temática "O Próximo Período de Programação Financeira Comunitária 2014 - 2020" que decorreu, na antiga Igreja de São Julião, em Lisboa.

8 de Novembro. Distrito de Lisboa.
Os Verdes participaram num debate sobre a Caixa Geral de Depósitos, que se realizou em Lisboa a convite do Sindicato dos Trabalhadores das Empresas do Grupo CGD.

8 de Novembro. Distrito de Lisboa.
Os Verdes participaram num debate sobre Hospital D. Estefânia, em Lisboa.

10 de Novembro. Distrito de Leiria.
Os Verdes participaram no 70.º Aniversário da Mútua dos Pescadores, que se realizou em Peniche.

23 de Novembro. Distrito de Lisboa.
Os Verdes participaram na Conferência sobre a Reabilitação Urbana, que se realizou em Lisboa.

24 de Novembro. Distrito de Braga.
Os Verdes participaram no Encontro Nacional das Associações Juvenis, que se realizou em Braga.

24 de Novembro. Distrito de Lisboa.
Os Verdes participaram na conferência sob o tema "A Democracia em Perigo?", organizado pela Associação Intervenção Democrática - ID, na Associação 25 de Abril, em Lisboa.

24 de Novembro. Distrito de Viseu.
Os Verdes participaram no Seminário "Que futuro Agro rural para Lafões", promovido pela ANIMAR, em Vouzela.

26 de Novembro. Distrito de Lisboa.
Os Verdes participaram na sessão pública do projeto "DISASTER - Desastres naturais de origem hidro geomorfológica em Portugal: base de dados SIG para apoio à decisão no ordenamento do território e planeamento de emergência", em Cascais.

26 de Novembro. Distrito do Porto.
Os Verdes participaram na Sessão Pública sobre o Mercado do Bolhão, que se realizou no Porto, a convite da Plataforma de Intervenção Cívica do Porto.

28 de Novembro. Distrito de Aveiro.
Os Verdes participaram na mesa redonda subordinada ao tema "Estatuto Trabalhador-Estudante", promovida pela Associação Académica da Universidade de Aveiro.

Visita a nossa nova página no facebook e clica em "Gosto"

29 de Novembro. Distrito de Lisboa.
Os Verdes estiveram presentes nas Comemorações do 20.º Aniversário da Associação Abraço e na Conferência Abraço VIH/SIDA Os Desafios de Hoje e do Futuro, que se realizaram em Lisboa.

30 de Novembro. Distrito de Viseu.
Os Verdes participaram na vigília contra o encerramento do Tribunal de Vouzela, promovida por um grupo de cidadãos do concelho, junto ao edifício do Tribunal.

1 de Dezembro. Distrito de Viseu.
O PEV participou no convívio anual dos Ex-trabalhadores das Minas de Urânio, em Canas de Senhorim.

4 de Dezembro. Distrito de Lisboa.
Os Verdes participaram no debate sobre o tema "Que política energética para Portugal", a convite da Agência Municipal de Energia de Sintra.

4 de Dezembro. Distrito de Lisboa.
Os Verdes participaram numa reunião sobre Amianto em Edifícios Públicos, que se realizou no Instituto Ricardo Jorge, em Lisboa.

10 de Dezembro Distrito do Porto.
Os Verdes participaram num debate, inserido no Parlamento dos Jovens, que se realizou numa escola do Porto.

13 de Dezembro. Distrito de Lisboa.
Os Verdes participaram num encontro com a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras, na Assembleia da República.

22 de Novembro.
A Ecojovem participou na Manifestação dos Estudantes do Ensino Superior, que teve lugar em Lisboa.

28 de Novembro.
A Ecojovem reuniu, na Assembleia da República, com o Conselho Nacional de Juventude (CNI).

9 a 11 de Novembro. Atenas, Grécia.
Os Verdes participaram, em Atenas, na reunião do Conselho dos Verdes Europeus onde debateram a crise social nos diversos países, nomeadamente na Grécia e como a combater. Foi ainda eleito o novo comité dos Verdes Europeus.

28 de Novembro.
A Ecojovem reuniu, na Assembleia da República, com o Conselho Nacional de Juventude (CNI).

VERDES EUROPEUS

Ficha Técnica
Edição e Propriedade
Partido Ecologista Os Verdes

Design Gráfico
Bajanca Design - Almada
Tel.: 915 337 755
E-mail: bajancadesign@clix.pt

Impressão e Acabamento
Alínea Seguinte - Tondela
Depósito Legal: N.º 146744/00
ISSN: 0874-0011
Número de Exemplares: 11.400

www.osverdes.pt

CONTACTOS D'OS VERDES

Sede Nacional: Rua Borges Carneiro, n.º 38, R/C Esq. · 1200-619 Lisboa · Tel: 213 960 291 · Fax: 213 960 424 · E-mail: pev@osverdes.pt · **Grupo Parlamentar:** Assembleia da República, Palácio de S. Bento · 1200-068 Lisboa · Tel: 213 919 203 · Fax: 213 917 424 · E-mail: pev.correio@pev.parlamento.pt · **Assembleia Municipal de Lisboa, Grupo Municipal "Os Verdes":** Av. de Roma, n.º 14 P - 3.º · 1000-265 Lisboa · Tel: 218 170 426 · Fax: 218 170 427 · E-mail: aml.osverdes@cm-lisboa.pt · Site: <http://pev.am-lisboa.pt> · **Porto:** Rua Sampaio Bruno, n.º 25, 2.º - sala 21 · 4000-179 Porto · Tel/Fax: 222 081 202 · E-mail: osverdesnorte@gmail.com · **Aveiro:** Apartado 85 · 4525-909 Santa Maria da Feira · **Beja:** Apartado 6004 · EC-Pax Julia, 7801-908 Beja · E-mail: osverdesbeja@gmail.com · **Braga:** Apartado n.º 28 · 700 Braga · E-mail: osverdesnorte@gmail.com · **Centro:** osverdescentro@gmail.com · **Faro:** E-mail: osverdesnoalgarve@sapo.pt · **Santarém:** Rua Nuno Velho Pereira, n.º 8 - 1.º Esq. · 2000 Santarém / Tel: 243 324 000 · **Viseu:** osverdesviseu@gmail.com · **BLOGUES** · **Os Verdes nos Açores:** <http://osverdesacores.blogspot.com> · **Os Verdes - Centro:** <http://osverdescentro.blogspot.com> · **Os Verdes em Lisboa:** <http://osverdesemlisboa.blogspot.com> · **Os Verdes - Norte:** <http://osverdesnorte.blogspot.com> · **Os Verdes no Ribatejo:** <http://osverdesnoribatejo.blogspot.com> · **Os Verdes Setúbal:** <http://osverdesemsetubal.blogspot.com> · **Os Verdes - Sul:** <http://osverdesaosul.blogspot.com> · **Ecojovem-Os Verdes:** <http://ecojovem.blogspot.com>



Folha Informativa do Partido Ecologista "Os Verdes"

O recente relatório entregue pelo FMI representa mais uma ameaça ao país e deve ser rejeitado a todo o custo, nem que para isso devam ser agendadas novas eleições, pois este Governo já perdeu toda a legitimidade para governar. Tudo isto contribui para encerrar o país num caminho sem saída, refém de um desnorte que está a aniquilar as nossas estruturas e que requer cada vez mais o envolvimento de todos para travar esta agressão e contribuir para a construção alternativas sólidas e consistentes.

Esta conjuntura torna-se mais revoltante quanto se exige sacrifícios, se reduz salários e apoios sociais, se destrói e aliena serviços públicos e a estrutura do Estado e em contraponto as grandes fortunas de Portugal cresceram 13%. Com Soares dos Santos e Belmiro de Azevedo a liderarem essas subidas. Leva-nos a crer um revoltante circuito para os sacrifícios e para a venda a retalho do país.

É neste cenário que Os Verdes arrancam com a Campanha contra a privatização da água, uma campanha que simboliza também a oposição aos recentes processos de privatização e que, há semelhança de anteriores campanhas, percorrerá o país contactando a população em geral e envolvendo os coletivos regionais do PEV.

Ao nível internacional a União Europeia, em profunda crise e sem rumo à vista tenta todas operações de charme para demonstrar vitalidade sem conseguir afastar os espectros da crise do Euro e a eminente ameaça de saída do Reúno Unido da UE. Nem a operação de marketing que foi a Atribuição do Nobel da PAZ o consegue. É indiscutível que desde o final da Segunda Guerra Mundial que de uma forma geral a Europa não tem estado em Guerra consigo própria. Mas daí até atribuir o prémio Nobel da Paz a uma estrutura que servido de suporte estratégico às intervenções militares da NATO, a uma estrutura que tem apoiado e promovido atos de guerra é um ato quase criminoso. A invasão do Iraque, do Afeganistão, a própria guerra na ex-jugoslávia, no seio da Europa, com milhares de vítimas, num ato fortemente promovido pela NATO e pela União Europeia.

Não podemos deixar de congratular o reconhecimento da Palestina na ONU como Estado Observador como um importante passo para a desocupação por parte de Israel e para a fundamental pacificação da região.

Em 2013 a luta continua pois a degradação das condições sociais do país vai aumentar com as medidas adoptadas pelo Governo. Todos estamos convocados para as jornadas de luta que se avizinham.



Privatização da água, Não!

Os Verdes lançam campanha contra a privatização da água

Privatização da água, Não!

A partir de Janeiro Os Verdes estarão na rua com uma campanha contra as intenções de privatizar o setor da água. Uma campanha que percorrerá o país, à semelhança de outras anteriores e que terá uma forte componente esclarecedora com o objetivo de angariar apoios nesta luta contra a privatização de um setor que é vital para as pessoas, para a economia do país e para a dignificação e democratização da sociedade e que não pode estar sujeita às leis e pressões do mercado ou de interesses privados em detrimento do interesse coletivo.

Desde a alteração do regime de gestão da água, em Fevereiro de 1994, durante o Governo de Cavaco Silva, que se abriu a gestão dos recursos hídricos ao setor privado, nomeadamente no que concerne à distribuição de água, operação

que até então estava limitada às Câmaras Municipais, aos Serviços Municipalizados ou, no caso de Lisboa, à EPAL, empresa pública gerida pelas Câmaras Municipais servidas, e portanto todas elas sujeitas ao controlo democrático das eleições e mais perto da gestão participada dos munícipes e dos cidadãos em geral.

Desde esta alteração legislativa que os sucessivos governos, PS, PSD e CDS, subfinanciaram, pressionaram e chantagearam os municípios para que abdicuem da responsabilidade da gestão dos serviços da Água e integrem as empresas do grupo Águas de Portugal, cuja reestruturação tem como objetivo principal a

sua posterior privatização/concessão, em benefício dos grandes grupos económicos privados, deixando o país mais pobre e dependente e contribuindo para a liquidação de direitos sociais e laborais dos portugueses.

A apropriação da Água e o chamado "mercado da água", na atual conjuntura, torna-se particularmente aliciante e apetecível ao setor privado. Mais do que um "negócio", ter o controlo da Água, significa poder político e económico a nível global, por parte de empresas transnacionais, como a Suez/Lyonaise des Eaux ou a Vivendi (Compagnie General des Eaux).

A própria Comissão Europeia tem deliberadamente promovido a privatização dos serviços públicos da Água, como uma das condições impostas nos programas de assistência financeira, como já foi admitido publicamente.

Para além da perda do controlo democrático das populações sobre um bem fundamental à vida, a privatização da água tem graves consequências negativas, tal como se tem verificado em Portugal e noutros locais onde tem ocorrido: degradação do serviço prestado à população, forte aumento dos tarifários, diminuição da qualidade da Água fornecida, redução dos direitos dos trabalhadores, aumento do desemprego, e mesmo graves situações de corrupção.

A importância vital da água e a salvaguarda da democracia em Portugal justificam o empreendimento desta campanha por parte dos Verdes.



Participa, colabora, luta. Junta-te a esta campanha. Junta-te aos Verdes.

Parlamento

Os Verdes congratulam o reconhecimento da Palestina como Estado Observador Não-Membro da ONU

Intervenção de José Luís Ferreira, na Assembleia da República

Mais uma vez, a Comunidade Internacional foi chamada a pronunciar-se sobre o drama vivido pelo povo palestino, mas desta vez foi dado um passo importante, porque a decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas, de reconhecer à Palestina o Estatuto de Estado Observador, demonstrou que a ONU não pode continuar a ignorar que o povo palestino tem vivido, há décadas,

sob a opressão israelita, condenado ao exílio, em colonatos, sem acesso a direitos básicos e segregado num muro já condenado pelo Tribunal Internacional. Com esta decisão, a Comunidade Internacional expressou assim o desejo de procurar resolver o conflito israelo-palestino e dar cumprimento dos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas,



enquadrando-se num consenso cada vez mais alargado sobre uma solução para este conflito, que passa, necessariamente, pela consagração da existência do Estado da Palestina.

De facto, dia após dia, há mais de 60 anos, o povo palestino tem enfrentado a violenta ocupação dos seus territórios por parte de Israel, com o objetivo de domínio, de colonização e de controlo da exploração dos recursos naturais, apesar de o Direito Internacional a considerar ilegal e ilegítima e apesar da condenação através de sucessivas

resoluções das Nações Unidas. O expressivo resultado desta votação, que contou com uma esmagadora maioria dos membros da Assembleia Geral das Nações Unidas, deve agora ser acompanhado por uma política ativa que reconheça a independência da Palestina, que favoreça a efetiva realização dos direitos dos palestinos e a consagração

como membro de pleno direito da ONU, porque só assim se construirá um processo de paz, equilibrado e seguro para a região e para o mundo.



Só Pública a Água é de Todos Água e Saneamento são um direito humano!

A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o ano de 2013 como o "Ano Internacional da Cooperação da Água", pretendendo um acordo mundial sobre a maneira como deve ser gerida a água, de forma que a todos esteja disponível, desde o consumo doméstico à agricultura.

Todos os cidadãos precisam de água potável e de um sistema seguro de saneamento. As Nações Unidas declararam o direito humano universal à Água e ao Saneamento, mas ainda há muitas pessoas que a ele não têm acesso. Este direito tem de ser implementado no âmbito da União Europeia e ao nível global.



Foi com este objetivo que recentemente foi lançada uma Iniciativa «Cidadania Europeia» (ICE), que pretende que a Comissão Europeia crie legislação específica para a efetivação do direito à Água e ao Saneamento, tal como reconhecido pelas Nações Unidas. Desde 1 de Abril de 2012, que os cidadãos podem colocar uma questão na agenda política europeia por meio de uma ICE, que envolve a recolha de um milhão de assinaturas de pelo menos sete diferentes Estados-Membros da União Europeia (UE).

Esta iniciativa tem como principais objetivos: defender que os serviços de Água e Saneamento sejam garantidos para toda a União Europeia, que os Direitos Humanos estejam sempre acima dos interesses do mercado, garantir o acesso global/universal à Água

e ao Saneamento e já conta com um total de 69.400 assinaturas.

A Ecojovem - Os Verdes através da Federação de Jovens Verdes Europeus (FYEG) teve conhecimento desta iniciativa, à qual se associou de imediato, pois entendemos que o Direito à Água e ao Saneamento, são direitos que não podem ser negados a ninguém. Defendemos que a Água deve ser sempre encarada como um bem público e nunca como uma mercadoria.

Os Jovens Ecologistas reconhecem a importância desta iniciativa, pois é uma importante ferramenta para comprometer a UE e os Estados-Membros a implementar o direito à Água e ao Saneamento. Atualmente, e sob a "capa" da ajuda externa aos países a esta sujeitos, como é o caso de Portugal, têm sido crescentes as tentativas de privatização da Água, e como tal, é urgente que a Comissão Europeia crie legislação que deverá exigir dos

governos a garantia a todos os cidadãos do Direito à Água e ao Saneamento.

Brevemente, o Partido Ecologista Os Verdes e a Ecojovem levarão a cabo uma Campanha Contra a Privatização da Água, que irá percorrer todo o país. Desde já apelamos à assinatura da petição online da ICE, que pode ser acedida aqui: <http://www.right2water.eu>

Ecojovem - Os Verdes





Lei de Bases do Ambiente

Faz no próximo dia 1 de Fevereiro um ano que Os Verdes levaram a discussão, no Plenário da Assembleia da República, um Projecto de Lei que visa estabelecer uma Nova Lei de Bases do Ambiente justificado pela necessidade de rever e adequar a mesma à realidade em que hoje vivemos, nomeadamente, quanto às preocupações e conceitos aí mencionados. Referir que a actual Lei de Bases do Ambiente tem hoje mais de 25 anos.



Entre muitas outras questões, o PEV previa, na sua proposta, incluir na nova lei a referência à questão das alterações climáticas, a referência à poluição genética por via da introdução

na natureza dos organismos geneticamente modificados, a inclusão de um capítulo sobre zonas vulneráveis onde se incluía o Mundo Rural e a preocupação com a sua desertificação e inerentes consequências ambientais, uma valorização da avaliação de impacte ambiental enquanto instrumento determinante na formação das decisões políticas, a inclusão de um conjunto de instrumentos de protecção de um recurso estruturante para o país como é o mar, a inclusão de determinados princípios no que respeita às questões energéticas, como seja, o princípio da poupança e da eficiência bem como o da diversificação e descentralização, a introdução do conceito de desenvolvimento sustentado, a valorização do associativismo para o ambiente, etc, etc, etc.

Entretanto, e já em Junho de 2012, foi aprovada em Conselho de Ministros a proposta do Governo que segue à letra as palavras da Sr.ª Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território quando dizia que a Lei de Bases do Ambiente deveria ser algo simples e universal. De facto, a proposta que o Governo acabou por apresentar, tanto tem aplicação em Portugal como em qualquer outra parte do mundo e por isso ela é universal na verdadeira acepção da palavra.

A parte dos instrumentos base da política de ambiente é exemplo disso mesmo, sendo que esta proposta deixa de referir os principais instrumentos pelos verdadeiros nomes e passa apenas a tipificar os diferentes tipos de instrumentos que podemos vir a ter, nomeadamente, deixa de ter qualquer referência a REN e a RAN enquanto instrumentos fundamentais onde tem de assentar a política de ambiente.

Já em sentido contrário, a proposta do Governo introduz, com toda a objectividade, a questão de um regime económico/financeiro aplicado aos recursos naturais com base nos conceitos do utilizador/pagador e do poluidor/pagador, colocando os recursos naturais ao nível de qualquer outro produto saído de uma fábrica, que se pode transaccionar livremente e limitar o seu acesso e o seu uso às capacidades financeiras de cada um.

Apesar das crises globais recentes demonstrarem exactamente que deveríamos ter mais cuidado na aplicação destes regimes económico/financeiros numa matéria tão sensível como a questão da sustentabilidade do uso dos recursos naturais;

Apesar da mercantilização e financeirização de sectores como o da alimentação, nomeadamente com a criação dos mercados de futuros, ter levado à crise alimentar de 2007/2008 e levado à instabilidade dos preços dos produtos alimentares nos mercados mundiais com as consequências por demais conhecidas;

A proposta do Governo acaba por determinar que o acesso e uso dos recursos naturais seja ditada, no futuro, não pelo interesse nacional e bem-estar de todos, mas pelas capacidades financeiras de cada cidadão ou sector económico, sejam eles nacionais ou estrangeiros.



Assim, o que estará em debate, quando proximamente esta questão voltar a ser discutida na Assembleia da República, será uma Lei de Bases do Ambiente abstracta, proposta pelo Governo, que deixará aos ditames dos mercados o que se passará no futuro com os nossos recursos naturais, metidos, provavelmente, numa qualquer bolsa de direitos de utilização, e uma Lei de Bases do Ambiente, como a que Os Verdes defendem, que exerça uma influência nas políticas das quais ela é a base e suporte, de forma a que os recursos naturais sejam colocados ao serviço do país e no interesse de todos os cidadãos, que regule para níveis aceitáveis e sustentáveis o uso desses mesmos recursos e que penalize, através de regimes sancionatórios, tudo o que vá para além destes limites.

José Miguel Gonçalves
Dirigente Nacional do PEV



Agir na Moita

No âmbito do nosso princípio de "Agir Local", quer como militante e dirigente do Partido Ecologista Os Verdes, quer como representante do PEV - Partido Ecologista Os Verdes, no lugar para qual fomos eleitos, temos desenvolvido ao longo dos tempos uma actividade ligada às preocupações da região, e não só, sem contudo nos desligarmos de uma componente mais localizada. Desta forma temos tentado sempre aplicar as propostas de dimensão nacional do partido a nível local.

No Órgão Autárquico - Junta de Freguesia de Alhos Vedros, procuramos tomar posições e apresentar iniciativas, tendo em conta um património de trabalho dos "Verdes" a nível nacional, porém, respondendo às necessidades e sonhos concretos das pessoas com quem assumimos o compromisso eleitoral.

A colaboração do PEV no executivo da Junta de Freguesia de Alhos Vedros resultou em algumas iniciativas, das quais se destaca: "Tocar a Memória" - iniciativa que pretendeu sublinhar o valor dos idosos numa comunidade e ao mesmo tempo evidenciar a falta de apoio aos mais velhos por parte da administração central, mostrando assim a injustiça do corte e das reformas reduzidas, das ajudas técnicas insuficientes, da informação escassa sobre as poucas possibilidades ainda oferecidas a quem tem tanto de experiência e de vida para dar à nossa sociedade; Propusemos iniciativas que tivessem como objectivo a educação ambiental, como por exemplo o lançamento de um Cartão Didáctico - Tempo de Biodegradação dos Resíduos, bem como da distribuição de um folheto informativo "Os Cocós nos Espaços Públicos", tão necessária a sensibilização dos jovens que serão os agentes educativos do futuro e também os decisores políticos do amanhã.

Tocamos e sugerimos outros assuntos através de encontros/tertúlias/debates: Com o objectivo de ter em cada pessoa um agente de mudança para um mundo e para um país melhor, propusemos e realizaram-se dois encontros subordinados aos temas "Mobilidade e as Alterações Climáticas" e "Ambiente e Sustentabilidade"; Com o objectivo de reflectir sobre as questões em torno da água realizou-se um encontro «A Água é um Bem Essencial»;

Com o objectivo de assinalar o Dia Mundial da Água realizou-se um encontro/debate sob o lema "Água para Todos - Por uma Gestão Pública da Água"; Com esta iniciativa a Junta de freguesia de Alhos Vedros, uma das entidades aderentes à Campanha "Água é de Todos", pretendeu chamar a atenção para um conjunto de factores que se considera essenciais, bem como para os perigos de uma eventual privatização do sector da água; Propusemos e foi colocado na Praça da República de Alhos Vedros um cartaz "Água para Todos - Por uma Gestão Pública da Água".

No âmbito de algumas preocupações e necessidades ambientais, do pelouro de ambiente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, em articulação com o pelouro de Ambiente e Serviços Urbanos da Câmara Municipal da Moita, propusemos e realizamos visitas de trabalho para planeamento de futuras acções no Bairro da Fonte da Prata.

Merece um especial destaque o facto de todas as iniciativas terem contado com a receptividade, acolhimento, empenho e dedicação dos parceiros de coligação na organização, preparação e realização das mesmas. Apesar de em algumas situações terem surgido alguns problemas, entre parceiros, reflexo de um trabalho em coligação que ao mesmo tempo respeitada as diferenças das forças que as constituem, tem conseguido e vai continuar a conseguir, responder às necessidades, às preocupações com quem assumimos o compromisso local.

Toda esta experiência que tenho vivido no Concelho da Moita permite-me apelar para que Os Verdes se virem cada vez mais para os problemas locais. Temos que sair para a rua, estar mais perto dos munícipes.

Cada um de nós é, sem dúvida nenhuma, um elo de ligação entre o local e o nacional. É desta forma que nós temos conhecimento da realidade local e é o melhor caminho para chegarmos aos fregueses, aos munícipes.

Jorge Manuel Taylor
Membro do Executivo da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Moita.



- Desejo aderir ao Partido Ecologista Os Verdes
- Desejo participar em iniciativas de Os Verdes
- Desejo receber regularmente a Folha Verde

FOLHA VERDE 79



PEV
Partido Ecologista "Os Verdes"

Nome: _____

Morada: _____

Código Postal: _____

Contacto Telef.: _____

E-mail: _____

Envie-nos este formulário para a sede do PEV. Rua Borges Carneiro, nº 38, R/C Esq. - 1200-619 Lisboa. Os dados serão sigilosamente processados. Por favor, preencher em letras maiúsculas.